



Assembléia Legislativa

Ao Presidente da Comissão de

Justiça
para os devidos fins.

Em 15/04/14

Ewangelista
Conceição de Maria Lagoa Reddy
Chefe do Núcleo Comissões etc. etc.

Ao Deputado Cícero MAGALHÃES

para relatar.

Em 24/4/14

[Assinatura]
Presidente Comissão de Constituição
e Justiça



PROJETO DE LEI Nº 34/14

PROCESSO AL – 8013/14

AUTOR(A): DEP. GESSIVALDO ISAIAS

RELATOR (A): DEP. CÍCERO MAGALHÃES

I - RELATÓRIO

Nos termos do art. 47, Inciso VI, do Regimento Interno, encaminhamos a esta relatoria a proposição para emitir o parecer conforme dispõe os arts. 59 a 63, 139 e seguintes do mesmo diploma legal. A referida proposição **Veda qualquer discriminação à criança e ao adolescente portador de Diabetes Mellitus nos estabelecimentos de ensino, creches ou similares, em instituições públicas ou privadas do Estado do Piauí.**

A proposição faz parte do Processo Legislativo art. 73, III, 75, da Constituição Estadual combinado com os arts. 96, inciso I, alínea “b” e 105, do Regimento Interno.

A Diabetes Mellitus(DM), popularmente conhecida por Diabetes, é um distúrbio do metabolismo caracterizado pela ineficiência parcial ou total de insulina ou por uma resistência a ela. A insulina auxilia o organismo a usar os alimentos como fonte de energia. Nas pessoas com diabetes, ou o pâncreas para de fabricar a insulina, ou o organismo não consegue utiliza-la de forma eficiente. Sem a ação da insulina, a glicose, principal fonte de energia que utilizamos, fica circulando na corrente sanguínea, levando ao aumento dos índices de glicose no sangue, gerando então a hiperglicemia.

Ocorre que não há lei que proteja os direitos das crianças portadoras de diabetes nas instituições de ensino, creches ou similares, existindo casos de discriminações, onde a instituição se recusa a cooperar por entender não ser sua obrigação prestar a assistência que uma criança diabética necessita, negando-se à verificação do açúcar no sangue ou à administração da medicação. Tal atitude, dificulta a permanência da criança no estabelecimento escolar ou similar.

A Lei Complementar Municipal nº 4,308, de 2012, do município de Teresina, já dispõe sobre discriminação de portadores de Diabetes.

II – VOTO DO RELATOR

Visto e analisado o relatório por a proposição se encontrar nos dispositivos regimental constitucional e de boa técnica legislativa, somos de parecer favorável a sua normal tramitação e aprovação.



ESTADO DO PIAUÍ
ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA.

2

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA

**SALA DAS COMISSÕES TÉCNICAS DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO
ESTADO DO PIAUÍ, Teresina, 08 de maio de 2014.**

aprovado na Comissão de Constituição e Justiça
indicativo de projeto
Dep. **CÍCERO MAGALHÃES**
Relator

Indicativo

APROVADO A UNANIMIDADE
em 25 / 06 / 2014
<i>[Assinatura]</i> Presidente da Comissão de <i>Justiça</i>

[Assinatura]

[Assinatura]
[Assinatura]